

O sistema dos *media* e a política em Moçambique¹

The media system and politics in Mozambique

El sistema de medios y la política en Mozambique

Ernesto C. Nhanale

Escola Superior de Jornalismo | nhanale@gmail.com

Submissão: 5 jan. 2022

Aceite: 10 mar. 2022

¹ Este artigo é uma versão editada do capítulo *O sistema dos media no quadro democrático: os riscos de controlo e polarização política*, originalmente publicado no livro *A cobertura dos media sobre a corrupção em Moçambique: um “contra-poder” abalado?* (CEC, 2019). O autor reedita o capítulo sob forma de artigo considerando a relevância que a abordagem oferece para o debate sobre o sistema dos *media* e a política em Moçambique e as suas peculiaridades, no contexto da democracia.

Resumo: Este artigo oferece uma discussão sobre o sistema dos *media* em Moçambique, dando relevo aos fatores específicos que o caracterizam dentro do contexto democrático, fundado com a Constituição da República de 1990. O autor mostra que a baixa circulação da imprensa, o desenvolvimento tardio da imprensa e das liberdades de imprensa, a prevalência de uma imprensa de opinião – polarizada e de baixa circulação –, a falta de independência de funcionamento da radiodifusão pública, as violações sistemáticas contra as liberdades de imprensa, assim como a existência de um partido dominante com cultura de controle dos *media*, constituem características importantes para compreender o sistema dos *media* em relação à política em Moçambique.

Palavras-chave: *media*; política; democracia; Moçambique.

Abstract: This article offers a discussion about the media system in Mozambique, highlighting the specific factors that characterize this system within the democratic context, founded with the Constitution of the Republic of 1990. The author shows that the low circulation of the press, the late development of the press and press freedoms, the prevalence of an opinion press, polarized and with low circulation, the lack of independence in the functioning of public broadcasting, the systematic violations against press freedoms, as well as the existence of a dominant party with a culture of media control, are important characteristics to understand the media system in relation to politics in Mozambique.

Keywords: media; policy; democracy; Mozambique.

Resumen: Este artículo ofrece una discusión sobre el sistema de medios en Mozambique, destacando los factores específicos que caracterizan este sistema dentro del contexto democrático, fundado con la Constitución de la República de 1990. El autor muestra que la baja circulación de la prensa, el desarrollo tardío de la prensa y las libertades de prensa, el predominio de una prensa de opinión –polarizada y de baja circulación–, la falta de independencia en el funcionamiento de la radiodifusión pública, las sistemáticas violaciones a la libertad de prensa, así como la existencia de un partido dominante con una cultura de control de los medios, son características importantes para comprender el sistema de medios en relación con la política en Mozambique.

Palabras llave: medios; política; la democracia; Mozambique.

Palabras clave: medios de comunicación; política; la democracia; Mozambique.

Introdução

A abordagem deste artigo enquadra-se nas discussões que têm sido feitas, nas últimas décadas, no contexto dos estudos sobre os *media* e o jornalismo, inspirados pela obra de Hallin e Mancini (2010), que, baseando-se num estudo empírico sobre as relações entre os sistemas midiáticos e políticos em países da Europa e da América do Norte, oferece tipologias dos sistemas dos *media* e da política.

Dos vários indicadores usados pelos autores para avaliar a relação entre o sistema dos *media* e o sistema político, é o paralelismo político² que parte da ideia de que, embora se reconheça a possibilidade de que os jornais possam atuar com alguma independência em relação aos partidos políticos, acredita-se que situações desse tipo sejam exceções, uma vez que os jornais têm a tendência de desempenhar um papel politicamente ativo, por serem relacionados com grupos ligados a partidos políticos. A par das outras variáveis, o paralelismo político ajuda a descrever melhor as relações entre os *media* e as forças políticas, numa perspectiva global.

Com a análise feita pelos autores, foram classificados três tipos de sistemas de *media* e política: (1) *pluralista polarizado*, (2) *corporativista-democrático* e (3) *liberal*.

O modelo *pluralista polarizado – ou mediterrâneo* –, característico dos países do sul da Europa – Grécia, Itália, Portugal e Espanha –, apresenta como principais elementos característicos jornais com baixa circulação e orientados predominantemente para a elite política e meios eletrônicos (televisão e rádio) com um papel significativo no acesso à informação. Nesse modelo, a liberdade de imprensa e o desenvolvimento dos meios comerciais são relativamente tardios e recentes, e os jornais, frequentemente, são frágeis, do ponto de vista econômico, e dependentes do governo, através da publicidade. Esse sistema é também caracterizado pelo alto paralelismo político, com a predominância de um jornalismo opinativo orientado para a defesa de interesses ideológicos, políticos e econômicos.

O modelo *corporativista-democrático* é característico de países como Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Alemanha e Suíça. Seus elementos fundamentais são o desenvolvimento precoce da indústria jornalística e da liberdade de imprensa, uma alta circulação de jornais e uma imprensa fortemente ligada a grupos sociais organizados. Historicamente, nesse sistema, o jornalismo apresenta um alto grau de paralelismo político; no entanto, mesmo com um jornalismo de opinião, há uma crescente ênfase no jornalismo de informação. O profissionalismo no campo jornalístico é elevado, e os *media* são vistos pelos cidadãos como uma instituição social importante, que o Estado deve proteger, garantindo a sua liberdade.

O modelo *liberal* caracteriza países como os Estados Unidos, o Canadá e a Inglaterra, possuindo um desenvolvimento precoce de uma imprensa comercial e de massa, num ambiente marcado, desde cedo, pela liberdade de imprensa. Possui baixos níveis de paralelismo político, aliados a um elevado grau de profissionalização do campo jornalístico. Daí tal sistema ser caracterizado por elevados graus de profissionalismo, robustez das empresas jornalísticas e altos níveis de circulação da imprensa de massas. A capacidade de

² Estes autores, para avaliarem o sistema dos *media*, analisaram quatro dimensões, a saber: 1) o desenvolvimento dos mercados midiáticos; 2) o paralelismo político; 3) o desenvolvimento do profissionalismo jornalístico; e 4) o grau e a natureza da intervenção do Estado no sistema midiático.

regulação do Estado (baseada, como no modelo corporativista europeu, em regras do tipo legal-racional) é mínima, embora haja algumas pequenas diferenças entre os países que integram esse sistema. Um exemplo: na Inglaterra, diferentemente dos Estados Unidos, o sistema da radiodifusão pública é mais evidente; por outro lado, nos Estados Unidos há uma forte orientação histórica ao jornalismo informativo, diferentemente da Inglaterra, onde os jornais possuem uma relação histórica com o jornalismo opinativo.

A análise que aqui se oferece, sobre os *media* em Moçambique, resulta da aplicação da abordagem sobre o sistema dos *media*, permitindo fazer uma avaliação crítica sobre o papel dos *media* no contexto democrático (1990-2015), para além de focalizar as limitações e as questões centrais sobre o seu funcionamento.

A imprensa e a fraca circulação em Moçambique

O contexto atual dos *media* em Moçambique nasce do processo de democratização, em 1990, que abriu espaço para as liberdades de imprensa e de expressão. Foi a partir das mudanças feitas na Constituição que se introduz, em 1991, a primeira lei de imprensa, a qual regula a atividade da comunicação social no país.

Este período, de 1990 até os dias de hoje, marca uma nova fase da imprensa em Moçambique, depois de dois períodos históricos em que foi sujeitada ao controle direto pelos sistemas políticos autoritários vigentes até então.

O primeiro (1933-1974) marca o período colonial. O Estado Novo intensifica suas políticas de presença nas colônias, onde a imprensa foi atrelada às regras de funcionamento vigente na metrópole, Portugal. Nesse período, através do comando constitucional de 1933, no ponto 2 do artigo 8º, a atividade da imprensa foi condicionada pela instituição da censura prévia, como forma de controlar a opinião pública (NHANALE, 2011). Estando num regime autoritário (fascista), num contexto de surgimento de movimentos de luta de libertação nacional nas colônias, os meios de comunicação oficiais eram confrontados por um outro tipo de imprensa, de reivindicação – no entanto, operando como clandestina –, que reclamava os direitos da maioria negra e a independência de Moçambique, como é o caso do *Prado Africano* (NHANALE, 2011; SOUSA, 2006).

O segundo período da imprensa em Moçambique (1974-1990), também marcado pelo fechamento às liberdades, localiza-se no contexto de um sistema “Partido-Estado”, de orientação marxista-leninista, em que a imprensa passa pelo controle direto do partido Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), através do Departamento do Trabalho Ideológico e pelo Ministério da Informação, que controlavam toda a atividade editorial no país. Todos os órgãos de informação existentes, como a *Rádio Clube de Moçambique* – que passou à atual *Rádio Moçambique (RM)*, o *Diário de Notícias*, o *Jornal Domingo*, a *Televisão de Moçambique (TVM)* e o *Diário da Beira*, são nacionalizados, incluindo os criados posteriormente, como a Agência de Informação de Moçambique (AIM) (NAMBURETE 2014).

As mudanças impostas pela Constituição de 1990 garantiram a entrada para a terceira fase da história da imprensa em Moçambique, caracterizada pela abertura do país ao

liberalismo político e econômico. Foi assim que foram criados novos órgãos de comunicação social, com propriedade privada, destacando-se a cooperativa de jornalistas Mediacoop, que lança, em 1994, o semanário *Savana*. Alguns dos jornais que já operavam no período monopartidário, como o *Notícias* e o *Domingo*, passaram a um regime misto, através da Sociedade do Notícias, participada por capitais de instituições de caridade públicos e outros grupos privados. As empresas de radiodifusão – a *Rádio Moçambique* e a *Televisão de Moçambique* – passam a empresas públicas (AFRIMAP, 2010).

Não existe uma base de dados sistematizada sobre a evolução dos meios de comunicação social em Moçambique, desde os anos 1990, nem sua classificação em publicações de caráter temático e conforme finalidades editoriais. Segundo dados do Gabinete de Informação (Gabinfo), entidade oficial de registo de publicações, existiam, até 2015, cerca de 220 publicações de caráter generalista e especializada no país. Conforme ilustra a Tabela 1, grande parte dessas publicações está localizada nos principais centros urbanos, a destacar a cidade de Maputo, representando cerca de 85%.

Tabela 1. Mapa de distribuição dos órgãos impressos por província

Província	Total	%
Maputo	188	85
Matola	3	1
Niassa	3	1
Sofala	3	1
Gaza	1	0
Manica	4	2
Tete	3	1
Nampula	11	5
Cabo-Delgado	1	0
Zambézia	1	0
Inhambane	2	1

Fonte: Gabinfo (2015).

Difícilmente pode-se oferecer uma classificação entre os jornais de âmbito nacional e local, tendo em conta a natureza do registo. No entanto, olhando para o nível de circulação, pode-se notar que, em Moçambique, os jornais de âmbito nacional possuem uma expressão e um papel significativo na produção jornalística, em relação aos locais. Na maioria, os jornais de âmbito nacional estão sediados na cidade de Maputo, com exceção do *Diário de Moçambique*, que se encontra sediado em Beira – na província de Sofala –, segunda maior cidade do país. A concentração geográfica dos jornais na cidade de Maputo e o papel significativo que eles representam no tecido social nacional correspondem à concentração das representações dos poderes políticos e econômicos, definindo-se como o local de ocorrência dos eventos mais significativos da vida do país – assim como o mercado sob o qual as empresas dos *media* deverão obter sua sustentabilidade.

Os jornais moçambicanos têm sido caracterizados por baixas tiragens e consequente distribuição nos principais centros urbanos, sobretudo na capital Maputo, onde se encontram as elites políticas e econômicas do país. As tiragens dos jornais estão entre os 5.000 e os 15.000 exemplares. Essas tiragens podem ser associadas aos elevados níveis de analfabetismo e à fraca capacidade de compra. Outra característica importante da imprensa moçambicana é a sua dependência de um fraco mercado publicitário dominado pelas instituições públicas e, muitas vezes, restritivo às empresas de comunicação social privadas e beneficiária às empresas públicas ou participadas pelo Estado (NHANALE, 2014b).

Tabela 2. Tiragens de alguns jornais e de algumas revistas em Moçambique

Título	Periodicidade	Tiragem
Jornal Notícias	Diário	15.000
Diário de Moçambique	Diário	5.000
O País	Diário	5.000
Domingo	Semanal	7.000
Savana	Semanal	10.000
Zambeze	Semanal	7.000
Canal de Moçambique	Semanal	10.000
Magazine Independente	Semanal	7.000
Público	Semanal	5.000
Sol do Índico	Semanal	7.500

Fonte: Elaboração do autor.

As baixas tiragens, a dependência que a imprensa tem da publicidade e os elevados custos de impressão têm afetado a sustentabilidade e o desenvolvimento dos meios de comunicação impressos. Um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2006, mostrou que o custo de impressão dos jornais representa quase 70% dos custos totais de produção dos jornais. Essa questão tem afetado, sobretudo, a sustentabilidade de grande parte dos jornais privados que dependem da publicidade, como sua fonte principal de financiamento (FES; MISA, 2014).

O sistema de radiodifusão em Moçambique

Por seu turno, os elevados índices de analfabetismo e pobreza³ fazem com que a imprensa em Moçambique não tenha um papel muito significativo para a transmissão de informação, sobretudo nas zonas rurais⁴; a radiodifusão acaba definindo-se como um dos

³ O Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD), de 2016, indica que Moçambique situa-se na posição 178, em um *ranking* de 187 países avaliados.

⁴ Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), até 2008/2009, a taxa de analfabetismo tendia a diminuir no país: a proporção de pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler nem escrever passou de 53,6%, em 2002/2003, para 49,9%, em 2008/2009. As zonas rurais do país tinham as taxas mais elevadas, com 65,7%, em 2002/2003, e 61,2%, em 2008/2009, do que as zonas urbanas, com 30,3% e 26,8%, respectivamente (INE, 2011).

meios de capital importância para o país. Os principais meios de comunicação social encontram-se concentrados na capital, o que se traduz no acesso, inclusive, devido às fragilidades das tecnologias de distribuição. Pode-se dizer que a internet e a extensão dos serviços de rádio e televisão, mesmo com um baixo nível de penetração, têm contribuído para a redução do uso dos jornais como principais fontes de informação.

O Inquérito Demográfico e de Saúde do Instituto Nacional de Estatística (INE), realizado em 2011, no capítulo sobre a exposição aos meios de comunicação social dos inquiridos, mostra que o rádio é o meio mais usado (42,5%), seguido pela televisão (24,3%) e pelos jornais, com 8,7%. O acesso e a exposição à televisão tendem a ser cada vez mais baixos nas zonas rurais e mais altos nas zonas urbanas, sendo a cidade e a província de Maputo as que têm maior acesso. Por outro lado, o acesso diversificado aos *media* tende a ser mais elevado para as camadas populacionais mais educadas e mais ricas (INE, 2013).

O sistema de radiodifusão em Moçambique tem características múltiplas: de um lado, a radiodifusão pública (constituída por duas empresas, a *Rádio Moçambique* e a *Televisão de Moçambique*); de outro, a radiodifusão comunitária, religiosa e comunitária. Segundo um relatório sobre a radiodifusão moçambicana produzido pela Africa Governance Monitoring and Advocacy Project (AfriMAP), oito rádios são comerciais e 56 são comunitárias. Das rádios comunitárias, 24 são tuteladas pelo Instituto de Comunicação Social, uma instituição governamental, e as restantes são propriedade de associações comunitárias e da Igreja Católica (AFRIMAP, 2010).

A *Rádio Moçambique* é o meio com a maior cobertura. Estima-se que o sinal da *RM* chegue a mais de 95% do país, emitindo em português, em inglês e nas diversas línguas nacionais⁵. Em relação à televisão, há dez canais que funcionam em sinal aberto, quase todos a fornecerem o serviço de informação⁶. Entre as televisões privadas, são de maior destaque, em termos de serviço público de informação, a *Soico Televisão (STV)*, a *Televisão Miramar* e a *Televisão Independente de Moçambique (TIM)*. Comparada com as outras televisões, a *TVM* continua a ser a que oferece a maior abrangência de sinal aberto, sobretudo por estar presente nas principais capitais provinciais e em algumas das principais cidades e vilas do país, embora ainda com o desafio de caminhar para o processo de introdução das línguas nacionais em sua programação (MIGUEL, 2013, p. 53). A fraca cobertura da rede

⁵ Atualmente, a *RM* utiliza, nas suas emissões, as seguintes línguas nacionais nas respectivas províncias: CiMakonde (Cabo Delgado); Emakhuwa (Nampula, Cabo Delgado e Niassa); Kimwani (Cabo Delgado); Kiswahili (Cabo Delgado); CiYao (Niassa); CiNyanja (Tete e Niassa); Elomwe (Zambézia); Echuabo (Zambézia); CiSena (Tete, Sofala e Zambézia); CiNdau (Inhambane e Sofala); CiManyika (Manica); Ciutee (Manica); CiBarwe (Manica); XiTswa (Inhambane); GiTonga (Inhambane); XiChangana (Maputo e Gaza); XiRhonga (Maputo); e CiCopi (Gaza e Inhambane) (NDAPASSOA, 2012, p. 92).

⁶ As televisões nacionais são: *Televisão de Moçambique* (atualmente, a operar em dois canais, *TVM 1* e *TVM 2*); *Rádio e Televisão de Portugal para a África (RTP África)*; *Soico Televisão (STV)*; *TV Miramar*; *Televisão Independente de Moçambique (TIM)*; *TV Maná Moçambique* (canal religioso); *KTV* (nos últimos tempos, sem emitir sinal); *EcoTV*; e *TV Gungu* – atualmente, *TV Sucesso*.

elétrica⁷ no país pode ser vista como um dos problemas que dificultam a expansão do sinal e o uso dos receptores de televisão, por sinal aberto, e que também interfere no processo de digitalização, que poderia permitir o transporte do sinal de televisão a partir de diversos sistemas e operadores. Os últimos dados apresentados, em 2013, indicam que somente 14% da população moçambicana tem acesso à televisão, assegurando-se que o aumento até 2019 não tenha alcançado mais de 50%. Grande parte da população é residente nos principais centros urbanos do país.

Já as rádios comunitárias, sobretudo as detidas por associações – apesar de enfrentarem grandes dificuldades, no que diz respeito a sua sustentabilidade e às pressões políticas que sofrem, em nível distrital⁸ –, têm assumido um papel importante na educação cívica das comunidades, na participação e na monitoria da governação local.

Os problemas de sustentabilidade das empresas de radiodifusão são quase similares aos da imprensa, considerando o contexto em que elas operam, pese embora haja algumas especificidades a serem levadas em conta, olhando para o tipo de propriedade de cada meio.

Os meios de radiodifusão pública beneficiam-se de fundos de Estado para os seus orçamentos, através de contrato-programa com o governo. Um dos principais desafios da *Televisão de Moçambique* é garantir que lhe seja instituída a mesma taxa pelo governo para garantir a sua sustentabilidade, o que ainda não avançou devido ao peso que representa para os cidadãos, sobretudo num contexto em que a própria televisão tem vindo a ser criticada pela opinião pública pela fragilidade dos seus serviços públicos de informação.

Responsabilidade social e polarização da imprensa em Moçambique

A discussão sobre a responsabilidade social da imprensa em Moçambique requer olhar além do mercado em que os *media* se situam e questionar o significado de suas práticas, assim como as relações de poder estabelecidas no contexto da sua atuação. Assim, neste ponto, busca-se compreender alguns elementos sobre a responsabilidade social dos *media*, questionando se a sua atuação, em Moçambique, tem sido baseada nos princípios da sua independência, a fim de garantir o cumprimento do papel de informar, monitorar e promover um debate social equitativo sobre as questões mais relevantes. Mais do que apresentar uma resposta sobre essa questão, busca-se, aqui, mostrar as relações que estruturam a ação da imprensa moçambicana no exercício das suas funções.

⁷ Estima-se que somente cerca de 40% da população em Moçambique tenha acesso à energia elétrica.

⁸ Entre os vários fatos que ilustram as pressões e as violações da liberdade de imprensa, vale destacar que, em outubro de 2012, o presidente do município de Manica foi acusado de ter ordenado o encerramento da *Rádio Comunitária Macequece*, através do uso de forças policiais. De acordo com o que foi apurado, o encerramento da rádio foi resultante do trabalho que vinha desempenhando na monitoria da governação local, algo considerado incômodo pelo edil do conselho municipal de Manica. No mesmo ano, foram reportados pelo Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM) mais três casos de fechamento de rádios comunitárias no país (NHANALE, 2014a).

Para esse efeito, serão aflorados, em simultâneo, três pontos fundamentais. O primeiro está ligado à independência dos *media*, sobretudo em relação à política; o segundo, ligado ao primeiro, busca compreender o nível do exercício das liberdades de imprensa, olhando para as principais limitações impostas aos jornalistas; o terceiro ponto procura discutir a qualidade de conteúdo dos *media*, olhando para a forma como os diversos atores sociais, sobretudo os políticos, são refletivos.

A questão da independência dos *media*, em relação aos poderes políticos, deve ser vista, em primeiro lugar, sob o ponto de vista do processo histórico da sua constituição, ligado ao atual contexto democrático, marcado por um partido dominante. Isto é, a existência de uma imprensa que surge num contexto de partido único e que se desenvolve numa cultura de controle pelo partido Frelimo pode determinar os baixos níveis de independência desta imprensa perante os atores políticos do partido, sobretudo se compreendermos que ele se mantém no poder sem nenhuma alternância.

A manutenção do mesmo partido político no poder pode ser vista como um determinante para o tendente controle da atividade da imprensa, uma vez que pode significar a transferência da herança de controle dos *media* do período monopartidário para o multipartidário. Esse fato pode ser visto também na perspectiva de que a imprensa, criada no contexto monopartidário, mantém estruturas de lideranças que perpetuam as relações de dependência editorial com as estruturas do partido Frelimo, assim como do governo. Essa imprensa tem sido, em muitas ocasiões, caracterizada pelo chamado “jornalismo de desenvolvimento”, muito associado à retórica dos próprios governantes de que a imprensa, em vez de expor os erros da governação, deve agir como sua aliada principal, baseando o seu trabalho na cobertura das realizações, participando na educação do povo para superar os problemas de pobreza (SOUSA, 2006).

Num outro ângulo, com a vaga da democratização, pode-se encontrar um tipo de imprensa que se constitui como um espaço de reivindicação da independência. O processo de criação das novas sociedades de empresas de comunicação social é visto como um exemplo da existência de uns outros grupos de atores que veem o novo contexto político da democratização como oportunidade para a constituição de uma nova visão de imprensa, que funciona fora do controle das estruturas do partido dominante. O conceito de “jornalismo independente” em Moçambique ilustra a demarcação de um grupo de meios de comunicação que nascem com o objetivo principal de se demarcar de um contexto cultural de controle no qual, a partir dos espaços institucionais existentes desde o período do partido único, não seria possível uma ação orientada à função de “contrapoder” (NHANALE, 2011).

Por exemplo, os semanários *Savana*, *Zambeze* e *Magazine Independente*, criados no contexto das liberdades de imprensa, surgem num processo de reivindicações das liberdades e como uma nova expressão de jornalismo que se distingue pela sua independência editorial em relação ao partido no poder. Constituem-se, assim, um espaço alternativo de expressão e de produção de conteúdos que transmite uma visão crítica à governação, dando, por esse motivo, maior espaço à crítica na sua produção informativa, seja por meio

de partidos de oposição ou por ativistas de organizações da sociedade civil. Como refere Namburete (2014, p. 109), esse jornalismo independente “veio exacerbar os ânimos do poder com a sua postura escrutinadora, investigando casos de corrupção muitas vezes associadas as elites no poder”. No leque dos jornais *independentes*, pode-se encontrar uma expressão de diversidade, mas sobretudo uma cobertura crítica ao partido Frelimo.

Essa polaridade da imprensa pode-se relevar na maneira como cada um dos grupos situa-se em relação a determinadas matérias de impacto sobre a governação diante da opinião pública. A cobertura da greve dos médicos, no início de 2013, mostrou o intenso uso dos meios de comunicação social do setor público em ações de contrainformação, visando levar a opinião pública nacional a considerar a greve dos médicos ilegal. Por seu turno, os meios de comunicação independentes buscavam construir enquadramentos que apresentassem a visão dos médicos em greve e dos que consideravam as reivindicações dos médicos como sendo justas (NHANALE, 2014b).

A polarização da imprensa em Moçambique tem sido estimulada pela ação dos próprios jornalistas que ainda não conseguem agir como uma classe que percepção e possui uma visão comum sobre o seu papel na sociedade. Nota-se uma tendência constante de alguns jornais de publicarem opiniões críticas que procuram desvalorizar o trabalho que é desenvolvido pelos outros. Por exemplo, os jornais ligados ao partido do governo procuram apresentar opiniões que realcem as fragilidades éticas dos jornais privados, alegando que a sua ação de exercício de “contrapoder” revela-se nas deficiências de compreensão da sua função social, no quadro das práticas do jornalismo para o desenvolvimento. Por seu turno, os jornais privados procuram denunciar contextos de controle e de opressão das liberdades de imprensa exercidas pelo governo, através do uso dos órgãos públicos, ilustrando que a prática do chamado jornalismo para o desenvolvimento revela-se como uma forma de expressar o controle político a que a sua atividade está sujeitada pelo partido dominante (NHANALE, 2014b).

No que diz respeito aos meios de radiodifusão pública, os problemas da independência editorial são também muito debatidos, sobretudo pelos níveis de controle a que são sujeitados pelo partido Frelimo e pelo governo. Embora a Constituição da República Moçambicana (CRM), no seu artigo 48, defina esses meios como independentes em relação ao governo, à administração e aos demais poderes políticos, existem fortes limitações derivadas do fato de a sua estrutura de governação não ser feita em moldes independentes. No processo da sua transformação de empresas estatais, o estatuto da sua gestão teve igual equiparação às demais empresas públicas, através da aplicação da Lei nº 17/91, de 3 de agosto de 1991, na qual, em Moçambique, cabe ao primeiro-ministro nomear e exonerar o presidente do conselho de administração das empresas públicas (MISA; FES, 2014).

Na cobertura de questões políticas de relevo, como eleições e debates políticos, os meios de radiodifusão públicos, sobretudo a *Televisão de Moçambique*, têm revelado uma postura de programação e de enquadramentos que visam gerar uma opinião positiva a favor do governo. Esses meios têm sido usados para campanhas de propaganda política a

favor do governo. No último mandato de Armando Guebuza (2009–2014) como presidente da República, assistiu-se à intensificação do uso dos meios de comunicação públicos para a formação de opinião pública positiva sobre a governação, que estava a ser afetada por níveis de contestação perante a opinião pública, devido à guerra com o partido Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e ao crime organizado, sobretudo com raptos de empresários. Para efeitos, foi criado um grupo de *opinion makers* orientados a participarem de programas de debates nos *media* com a finalidade de produzirem uma opinião pública favorável à governação do chefe de Estado (PEREIRA; NHANALE, 2014).

No que diz respeito ao contexto do exercício das liberdades de imprensa, nota-se, nos últimos anos, a existência de diversos casos em que jornalistas são limitados de exercerem as suas atividades sob diversas formas, como intimidações, violência física e processos judiciais. Em 2015, por exemplo, foi realizado o julgamento do professor Carlos Nuno Castel-Branco e do jornalista Fernando Mbanze, acusados de crime contra a segurança do Estado e de abuso das liberdades, pela emissão de opiniões contra o ex-presidente Armando Guebuza. Na sentença, o juiz absolveu os dois réus, considerando não haver matéria bastante suficiente para condená-los, uma vez que suas opiniões estavam dentro dos limites do exercício das liberdades de expressão e de imprensa. No entanto, a Procuradoria-Geral da República fez o recurso da sentença, manifestando insatisfação com a decisão.

Os efeitos do partido dominante sobre o sistema dos *media* em Moçambique

Uma das questões que se define como sendo crucial nestas discussões é compreender o sentido dos *media* no contexto de uma democracia caracterizada pela presença de um partido dominante. A resposta a tal questão baseou-se na ilustração dos elementos fundamentais da história do desenvolvimento dos *media* em relação ao sistema político, muito marcado pela transição de um regime de partido único (autoritário), que instituiu mecanismos de controle e manifestos às atividades da imprensa, para uma democracia caracterizada por um partido dominante.

A transição do regime autoritário de partido único para a democracia multipartidária, com a CRM, de 1990, deve ser compreendida como um marco a partir do qual se desencadeia um conjunto de processos de mudanças, entre os quais se pode destacar a adoção das liberdades cívicas e dos direitos políticos (as liberdades de expressão e de imprensa, o reconhecimento de partidos políticos e o sufrágio universal).

As discussões realizadas sobre o contexto da democracia em Moçambique mostram que, embora, materialmente, o país tenha feito a transição, a partir de 1990, com a nova Constituição, e de 1994, com as primeiras eleições gerais, elementos mais profundos ligados ao exercício da cidadania e à maneira como o poder político é exercido pelo partido Frelimo ilustram a associação e a prevalência de uma cultura autoritária moldadas no período de partido único, que se seguiu a partir de 1977, dois anos após a independência nacional.

É por isso que a retomada do processo histórico da construção do Estado é fundamental para compreender os desafios da democracia em Moçambique, sobretudo por se

caracterizar pela continuação do partido Frelimo, cujas práticas de lideranças foram fundadas e enraizadas num processo de controle e de limitação das esferas das liberdades políticas e cívicas. A cultura autoritária que ainda caracteriza o modelo de liderança da Frelimo transpõe-se e continua a ganhar um maior fundamento no período multipartidário, uma vez que os processos eleitorais que constituem os momentos marcantes do processo democrático, por sinal de participação e de expressão da vontade do povo, funcionam, para além de representar uma oportunidade de alternância, apenas como reforço do poder e da legitimação da Frelimo. Sobretudo a partir de utilização estratégica e instrumental das instituições democráticas e da administração das eleições (NHANALE, 2019).

O fato de a Constituição de 1990 ter sido inaugurada num contexto de luta entre a Frelimo e a Renamo coadjuva o argumento de que o processo democrático em Moçambique, por sinal a institucionalização das liberdades, é resultado da luta entre partes – a Frelimo e a Renamo – que, por outras vias, não seria possível, uma vez a Frelimo ter fundado os seus modelos de liderança com base numa cultura autoritária. É nessa perspectiva que se desenvolve e se fundamenta a crença de que o processo democrático em Moçambique é caracterizado pela existência de um ator dominante que se funda numa gestão secretista e pouco aberta às liberdades; por outro lado, há a existência de outros atores, como partidos da oposição e organizações da sociedade civil, que, mesmo limitados, lutam continuamente pela abertura de mais espaços para o exercício das liberdades.

É importante assinalar que, mesmo com a manutenção da Frelimo no poder, desde 1975, com o controle exercido sobre as instituições e com a manutenção do modelo autoritário, o processo formal de abertura do país à democracia obrigou à implementação de um conjunto de aspectos, como a criação e o reconhecimento dos partidos políticos, a realização regular de eleições e os organismos que outorgam independência para monitorar as atividades do governo – a exemplo dos *media* e das organizações da sociedade civil.

O funcionamento dessas instituições mostra-se relevante na medida em que elas consubstanciam o processo formal da democratização em Moçambique e, em certos momentos, gozam dos espaços existentes para o exercício das suas atividades; porém, a efetividade das suas ações nunca resultou num processo de alternância no poder ou em forças que, efetivamente, impusessem uma cultura cívica mais aberta à participação e uma governação responsável. Ao contrário, a sua existência e a sua operação em espaços formais, sem grandes capacidades de gerar mudanças, acabam legitimando a ação da Frelimo, que, por muitas vezes, reivindica a sua posição como resultado da sua competência política, num quadro em que os demais atores políticos não estão suficientemente estruturados para lhe fazer face (NHANALE, 2019).

Esse contexto de democracia de partido dominante, formalmente aberto às liberdades, mas com baixos níveis de exercício, faz com que a esfera do debate público seja caracterizada por três níveis que, por vezes, são orientados numa lógica conflitual nas suas ações. O primeiro é marcado por um conjunto de líderes de opinião ligados ao partido dominante, cuja participação baseia-se na visão autoritária da necessidade de controlar a

opinião pública, como forma de aceitar o modelo de liderança da Frelimo e de aceitar sua manutenção, num quadro em que as outras formas de opiniões emergentes tenham que ser vistas como sendo de detratores. Um segundo nível é caracterizado por líderes de opinião que assumem o exercício da liberdade de expressão como um ato profissional que orienta o seu debate baseado na desconfiança, na pressão e em enquadramentos negativos da governação; sua argumentação é baseada na rejeição dos modelos e das ações do partido dominante. Um terceiro nível, não muito frequente, pode ser caracterizado pelas entidades e pelos atores que, na sua capacidade crítica e analítica, ou por questões profissionais, se vinculam a um debate desinteressado das questões públicas, sem paixões partidárias (NHANALE, 2019).

Certamente, o primeiro grupo é característico dos que apoiam ou se identificam com o partido dominante. O segundo grupo é constituído pelos que se identificam com os partidos da oposição. E, por seu turno, o terceiro grupo abrange entidades acadêmicas ou instituições religiosas e organizações da sociedade civil, que, por algumas vezes, podem se caracterizar no segundo nível.

Seja como for, na esfera do debate público, a predominância da Frelimo faz com que o primeiro grupo tenha um maior domínio, cujas opiniões alinham-se com os interesses do partido dominante, buscando ofuscar e depreciar outras formas de pensamento que não se alinhem às suas perspectivas. Por vezes, visões contrárias são retraídas, através da sua catalogação à oposição política que, em Moçambique, foi associada a uma imagem de guerra e destruição, reconstituindo a mesma visão do inimigo armado combatido no contexto da guerra que marcou o período do partido único.

A catalogação da argumentação contrária, no debate político, a uma visão de guerra e destruição revela a estratégia argumentativa que afasta e que busca inutilizar e descredibilizar qualquer forma de debate oposto, gerando um contexto de banalização do debate público, pois qualquer forma de argumentação favorável ao governo passa a ser vista como uma forma de alinhamento; por outro lado, a argumentação contrária é vista como uma forma de oposição, gerando diversas formas de silenciamento não manifestas de visões e de opiniões contrárias à governação.

Essas categorias de lideranças de opinião pública e de formas de debate político são importantes porque são as mesmas que irão estruturar e alimentar os espaços midiáticos, por vezes, caracterizando a sua orientação editorial. Urge ainda, nestas notas sobre a relação entre o sistema político e os *media*, mostrar que o processo da democratização, ao abrir espaço para outras visões e opiniões sobre o país, coloca em concorrência os espaços que antes eram de domínio monopolístico da Frelimo, incluindo as suas visões argumentativas que tendem a continuar no contexto democrático. Uma das formas de resposta da Frelimo em relação a esse contexto, sobretudo nos últimos anos, tem sido marcada pela intensificação de estratégia de controle das esferas de debate.

No quadro dos *media*, verifica-se que o contexto democrático tem sido caracterizado por uma tendência de manter as ligações entre os meios de comunicação fundados no

contexto do partido único, estendendo as influências e o controle do partido dominante na sua agenda editorial, através do controle das lideranças editoriais; ou mesmo manifesto a partir do alinhamento dos conteúdos e do nível de acesso privilegiado dos atores do partido Frelimo para promoverem as suas ações.

Conclusão

Considerando os três sistemas de *media* e política (*pluralista polarizado*, *corporativista-democrático* e *liberal*), pode-se concluir que Moçambique, embora com certas peculiaridades, possui características do sistema *pluralista polarizado*, sendo que a imprensa é de baixa circulação, as liberdades de expressão têm uma história muito recente e a radiodifusão pública constitui o principal meio de comunicação, operando num contexto de baixa independência; por outro lado, a noção de responsabilidade social dos *media* e as liberdades de imprensa são discutíveis, sobretudo se considerarmos o contexto da cultura autoritária e de controle político exercido pelo partido dominante, a Frelimo.

O controle sobre meios de comunicação social públicos (*Rádio Moçambique*, *Televisão de Moçambique* e *Agência de Informação de Moçambique*) é exercido, sobretudo, por serem empresas cuja legislação da sua fundação lhes confere uma maior dependência do governo; ou por serem empresas detidas, maioritariamente, por outras empresas públicas, sobre as quais o partido Frelimo tem uma maior influência (a exemplo dos jornais pertencentes à Sociedade do Notícias).

Por outro lado, o controle a partir das lideranças é das formas mais usadas. Isto é, a nomeação de dirigentes a partir da confiança política que, posteriormente, vão garantir que a cultura da autocensura se mantenha e que os profissionais afetos nesses órgãos se sintam em situações de dever servir ao partido dominante, numa lógica em que o processo de transmissão dos valores e das responsabilidades dos repórteres nessas redações passa pela necessidade de eles compreenderem o papel dos jornais junto ao sistema político.

Mesmo considerando esse ambiente marcado pelo controle da imprensa do setor público, existe um grupo de jornais que se fundam no contexto da liberalização, numa crença de independência editorial e sem vínculos estabelecidos com entidades ligadas (in)diretamente ao partido Frelimo, mesmo que alguns dos seus acionistas sejam membros do partido. Tais jornais têm fundamentado que o exercício das funções democráticas de *contrapoder* deveria ser um elemento determinante para a sua sustentabilidade e servir como oportunidade para uma linha de conteúdos sobre política e governação pouco explorados nos jornais com ligações com o partido no poder.

Embora não haja uma ligação direta com os partidos da oposição, esses jornais vão servir como espaços acreditados, através dos quais as vozes das opiniões contrárias sobre a governação se fazem sentir, uma vez esses espaços serem reduzidos nos meios públicos. O acesso das figuras da oposição nesses jornais gera uma ideia do seu alinhamento com a oposição, mas sem que tal se efetive numa relação direta, mas sim no quadro de uma

economia de notícias que busca privilegiar fontes de informações e que providencie uma orientação crítica sobre os problemas do país.

O que se pode sublinhar sobre a configuração dos *media* em Moçambique, conforme o caracterizado, é a permanência de instituições de comunicação social – por sinal, as mais fortes, num prisma de controle pelo partido dominante – orientando os seus conteúdos noticiosos e os espaços de opinião acessíveis para os atores e para a construção de uma agenda favorável ao partido Frelimo.

Referências

AFRIMAP – Africa Governance Monitoring and Advocacy Project. *Rádiodifusão pública em África: o caso de Moçambique*. Rosebank: OSISA, 2010.

FES – Friedrich-Ebert-Stiftung; MISA – Media Institute for Southern Africa. *Barómetro africano da media: Moçambique 2014*. Windhoek: FES, 2014.

GABINFO – Gabinete de Informação. *Mapa de registo de órgãos de informação escrita*. Maputo: Gabinfo, 2015.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. *Sistema de media: estudo comparativo. Três modelos de comunicação e política*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

INE – Instituto Nacional de Estatística. *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde 2011*. Maputo: INE, 2013.

_____. *Relatório final do inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar, 2008/09*. Maputo: INE, 2011.

MIGUEL, João. *Economia política da televisão moçambicana*. Maputo: CEC, 2013.

NAMBURETE, Eduardo. Desenvolvimento e crise do jornalismo em Moçambique. In: HOHLFELDT, Antonio; MORAIS, Osvando J. de (Orgs.). *Perspectivas críticas da comunicação em Cabo Verde e Moçambique*. São Paulo: Intercom, 2014. p. 95-120.

NDAPASSOA, António Miguel. Programação e cobertura geográfica e linguística das emissões provinciais da Rádio Moçambique. *Revista Comunicação & Sociedade*, Maputo, n. 2, p. 129-133, dez. 2012.

NHANALE, Ernesto. *A cobertura dos media sobre a corrupção em Moçambique: um “contrapoder” abalado?* Maputo: CEC, 2019.

_____. Os *media* em Moçambique: o contexto legal e político do exercício da liberdade de imprensa”. In: HOHLFELDT, Antonio; MORAIS, Osvando J. de (Orgs.). *Perspectivas críticas da comunicação em Cabo Verde e Moçambique*. São Paulo: Intercom, 2014a. p. 79-93.

_____. Sistema dos *media* em Moçambique: uma análise do mercado da imprensa, radio-difusão pública e da profissionalização. In: CUNHA, Isabel Ferin; SERRANO, Estrela (Coords.). *Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*. Lisboa: Aletheia Editores, 2014b. p. 247-259.

_____. Contexto e desafios do jornalismo no exercício da liberdade de imprensa e promoção da cidadania em Moçambique. *Revista Comunicação & Sociedade*, Maputo, n. 1, p. 49-57, dez. 2011.

PEREIRA, João; NHANALE, Ernesto. *As eleições gerais de 2014 em Moçambique: análise de questões fundamentais*. Joanesburgo: OSISA, 2014.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2. ed. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006.

Ernesto C. Nhanale

Doutor em Mídias, Comunicación y Cultura pela Universitat Autònoma Barcelona (Espanha). Professor da Escola Superior de Jornalismo (Moçambique).